

HABEAS CORPUS Nº 501.905 - SP (2019/0092552-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ANDRE NOVAES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : ANDRÉ NOVAES DA SILVA - SP247573
ITAMAR ALVES DOS SANTOS - SP245146
IRAMÁLIA ALVES SANTOS - SP345787
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO LUIZ DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCIO LUIZ DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0104061-97.2016.8.26.0050).

Depreende-se dos autos que o paciente, juntamente com outros três acusados, foi denunciado como incurso no art. 157, §2º, incisos I, II e V, e art. 288, parágrafo único, na forma do art. 69, todos do Código Penal, visto que os denunciados teriam se associado para o fim específico de cometer crimes, mediante o uso de armas de fogo (e-STJ fls. 21/26).

Após regular instrução processual, sobreveio sentença que julgou improcedente a denúncia, absolvendo os denunciados das imputações feitas pelo *parquet* estadual, por falta de provas suficientes para a condenação, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP (e-STJ fls. 805/810).

Inconformado, o representante do Ministério Público interpôs o recurso de apelação perante a Corte local, postulando a condenação dos acusados nos termos da denúncia.

No dia 28/3/2019, a 5ª Câmara Criminal do TJSP deu parcial provimento ao recurso ministerial para condenar os acusados, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1021):

Apelação criminal. Roubo qualificado. Associação criminosa. Concurso material. Absolvição pelo Juízo a quo. Recurso ministerial postulando a condenação nos termos da denúncia. Conjunto probatório robusto a sustentar a condenação pela

prática do crime de roubo majorado. Recurso parcialmente provido.

No presente *writ*, a defesa sustenta haver flagrante ilegalidade na condenação do paciente, uma vez que o Tribunal *a quo* se baseou, unicamente, em prova colhida durante a fase inquisitorial e não repetida em Juízo, violando, portanto, o disposto no art. 155 do Código de Processo Penal.

Aduz que as testemunhas e vítimas não reconheceram o paciente como autor do crime de roubo, e sequer foi realizado reconhecimento pessoal na Delegacia de Polícia, tendo a condenação como lastro de autoria apenas o reconhecimento fotográfico, porque, durante a instrução processual, as testemunhas não reconheceram o paciente como autor do delito.

Requer, liminarmente e no mérito, seja o paciente absolvido, uma vez que não há elementos concretos para sustentar uma condenação.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, que se confunde com o próprio mérito da impetração.

Isso porque, nesta análise perfunctória, observo que a condenação proferida em 2ª instância não se baseou unicamente em provas colhidas durante a fase investigativa, uma vez que o acórdão ora impugnado trouxe elementos constantes dos autos e, em especial, depoimentos que corroboram com a exordial acusatória, como a narrativa do Delegado de Polícia e de outras testemunhas.

Dessa maneira, *a priori*, a condenação do ora paciente não se

mostra flagrantemente teratológica como faz crer a combativa defesa, pois encontra guarida no entendimento desta Corte Superior, no ponto: *"Ressalta-se ainda que a ausência de ratificação, em juízo, do reconhecimento fotográfico e pessoal realizado pela vítima durante o inquérito policial não conduz, por si só, à nulidade da condenação, tendo em vista a existência de outras provas, sobretudo a testemunhal."* (HC 435.268/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 19/2/2019, DJe de 26/2/2019).

Por fim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas à autoridade impetrada e ao Juízo de 1º grau acerca do alegado na presente impetração, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator